

CÚPULA DA COP30 SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS



AMNESTY
INTERNATIONAL



© Amnesty International 2025

A menos que indicado em contrário, o conteúdo deste documento é disponibilizado de acordo com uma licença Creative Commons (atribuição, não comercial, sem obras derivadas, internacional 4.0) (ver creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode). Quando algum material for atribuído a um proprietário de direitos autorais diferente da Anistia Internacional, este material não está coberto pela licença Creative Commons. Para mais informações, visite a página de permissões no site da Anistia Internacional.

Publicado originalmente em 2025
por Amnesty International Ltd
Peter Benenson House, 1 Easton Street
Londres, WC1X 0DW, Reino Unido

Índice: IOR 40/9373/2025

Idioma original: Inglês

Foto da capa: Participantes da COP29 protestam por justiça climática.

© Anistia Internacional

AMNESTY
INTERNATIONAL



amnesty.org

A próxima conferência anual sobre o clima das Nações Unidas, a COP30,

será realizada em Belém, no Brasil, entre 10 e 21 de novembro de 2025. O evento reunirá 198 Estados e outras Partes (por exemplo, a União Europeia) para tratar da ameaça global representada pelas mudanças climáticas. Uma reunião preparatória ocorrerá em Bonn, na Alemanha, de 16 a 26 de junho de 2025, onde terão início as negociações sobre os compromissos a serem adotados na COP30. No contexto da próxima reunião em Bonn, este documento apresenta uma visão geral da análise da Anistia Internacional sobre questões-chave de direitos humanos e justiça climática. Este documento acompanha o briefing de advocacy pré-COP30 da Anistia Internacional, que oferece um conjunto completo de recomendações às Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), para ajudá-las a colocar os direitos humanos à frente e no centro de todas as ações climáticas e tomadas de decisão na COP30 em Belém.

SUMÁRIO

CÚPULA DA COP30 SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Introdução

Qual é o problema?

O que está em jogo na COP?

Qual é a relação entre as mudanças climáticas e os direitos humanos?

Quais avanços podem ser alcançados na COP30 para limitar o aquecimento global?

Financiamento climático é uma questão de direitos humanos: O que precisa acontecer na COP30?

Para garantir os direitos humanos frente à crise climática, é preciso fechar a lacuna do financiamento para adaptação

Garantir o espaço cívico nas COPs: Ingrediente essencial para uma ação climática eficaz

E quanto à situação no Brasil?

O que a Anistia Internacional está reivindicando na COP30?

INTRODUÇÃO

Em 2024, o mundo ultrapassou pela primeira vez, ainda que temporariamente, o limite de 1,5°C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais. Dia após dia, testemunhamos impactos cada vez mais devastadores aos direitos humanos causados pelas mudanças climáticas, que tendem a se agravar dramaticamente caso o aquecimento global não seja controlado. A ciência é clara: eliminar os combustíveis fósseis de forma justa e urgente é fundamental para alcançar a meta de 1,5°C e evitar os piores danos aos direitos humanos.

Também sabemos que os impactos crescentes das mudanças climáticas já afetam de forma desproporcional aqueles que menos contribuíram para o problema, incluindo crianças, pessoas idosas, mulheres e meninas, povos indígenas, comunidades racializadas, pessoas vivendo sob ocupação, refugiados e migrantes, pessoas com deficiência e grupos socioeconomicamente marginalizados, especialmente em países de baixa renda que são os menos responsáveis pelas mudanças climáticas. Esses impactos também afetam de maneira desproporcional as comunidades da linha de fronteira – as que mais sofrem com as violações de direitos humanos associadas tanto à produção de combustíveis fósseis quanto ao processo de transição para o abandono desses combustíveis.

Nesse contexto, o financiamento climático é um pilar central dos esforços para enfrentar as desigualdades globais. É essencial apoiar os países de baixa renda na transição para economias de carbono zero (mitigação), de forma rápida e compatível com os direitos humanos, bem como em seus esforços de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, a fim de proteger suas populações contra os impactos negativos sobre os direitos humanos. Entretanto, ainda existe uma enorme lacuna entre os níveis de financiamento climático fornecido aos países de baixa renda e suas necessidades.

O **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)** afirmou que “ações de adaptação e mitigação que priorizam equidade, justiça social, justiça climática, abordagens baseadas em direitos e inclusão levam a resultados mais sustentáveis, reduzem compensações, apoiam mudanças transformadoras e promovem o desenvolvimento resiliente ao clima.”¹

Além disso, a proteção e o respeito aos direitos humanos são fundamentais para uma ação climática eficaz. No entanto, em todo o mundo, os defensores dos direitos humanos ambientais que trabalham por justiça climática são alvo crescente de violência, assédio e criminalização, visando particularmente os povos indígenas e as comunidades da linha de frente, especialmente as mulheres. A participação significativa de uma ampla gama de atores da sociedade civil e dos povos indígenas nas conferências climáticas da ONU, bem como o exercício de

1 IPCC, Mudança Climática 2023: Synthesis Report Summary for Policymakers, Section C.5.2, <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/summary-for-policymakers>

seus direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, são cruciais para garantir a fiscalização das ações governamentais e fornecer contribuições diversas que possam moldar as políticas climáticas dos Estados. Lamentavelmente, a atenção aos direitos humanos nas discussões e decisões da Conferência das Partes (COP) da UNFCCC permaneceu limitada e foi até mesmo contestada por algumas Partes.²

Este documento apresenta um resumo das conclusões e recomendações da Anistia Internacional para alcançar **a justiça climática**, abordando três áreas temáticas para o engajamento estratégico na COP30:

- 1** Proteção das pessoas defensoras dos direitos humanos em questões ambientais (EHRDs) e do espaço cívico em fóruns multilaterais que discutem ações climáticas;
- 2** Fornecimento de financiamento climático novo, adequado, previsível e adicional; e
- 3** Necessidade urgente de uma eliminação gradual justa e equitativa dos combustíveis fósseis.

Um conjunto completo de recomendações pode ser encontrado no [briefing de advocacy Pré-COP da Anistia Internacional](#).³

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Utilizado de maneiras diferentes em vários contextos e comunidades, o termo enfatiza as implicações de justiça associadas à crise climática e a necessidade de elaborar **respostas políticas justas e equitativas**. As abordagens de justiça climática concentram-se nas **causas estruturais da crise** e em como os impactos das **mudanças climáticas intensificam as desigualdades** tanto entre os países quanto dentro deles.

As demandas por justiça climática baseiam-se no imperativo de abordar esses desequilíbrios e injustiças, começando por centralizar a ação climática nas **perspectivas, no conhecimento e nas demandas dos grupos e comunidades mais afetados por essa crise. Justiça de gênero, racial, de classe, étnica, para pessoas com deficiência e intergeracional** são dimensões essenciais para alcançar a justiça climática. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em seu Sexto Relatório de Avaliação, observou que a justiça climática costuma ser compreendida com base em três princípios:

- justiça distributiva, que se refere à alocação de encargos e benefícios entre indivíduos, nações e gerações;
- justiça processual, que se refere a quem decide e participa da tomada de decisões; e
- reconhecimento, que implica respeito básico, envolvimento significativo e valorização equitativa de diferentes culturas e perspectivas.

² Anistia Internacional, COP29: Finance target is a blueprint for inequalities and violations, 25 de novembro de 2024, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/11/cop29-finance-target-is-a-blueprint-for-inequalities-and-violations/>

³ Anistia Internacional, Recomendações às Partes da UNFCCC para uma Ação Climática Compatível com os Direitos Humanos em 2025 (Índice: POL 40/9271/2025), 6 de maio de 2025, <https://www.amnesty.org/en/documents/ior40/9271/2025/en/>

QUAL É O PROBLEMA?

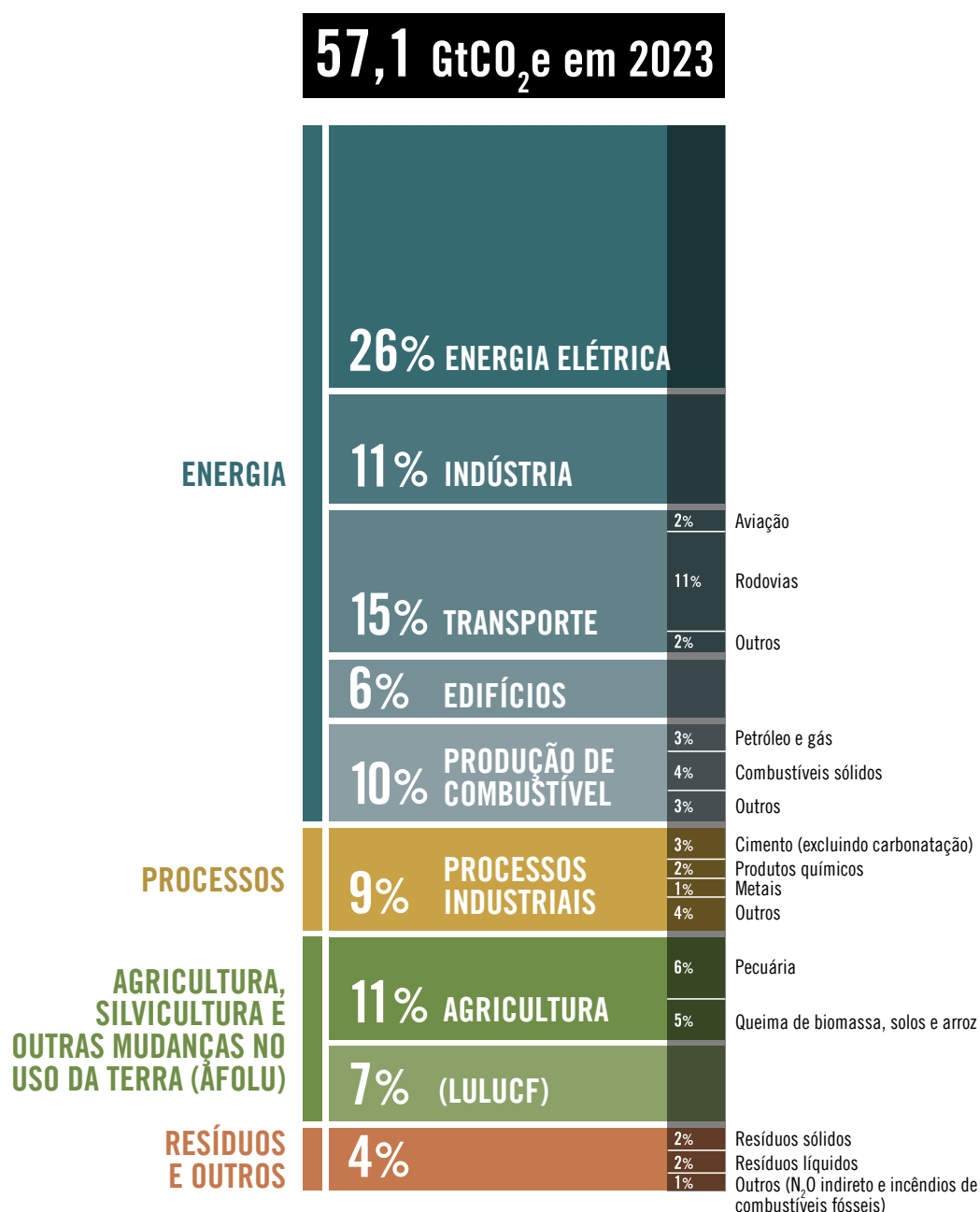


Figura 1: Total de emissões de GEE em 2023.*

*Fonte: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Resumo Executivo do Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2024, outubro de 2024, <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/46443>, p. XIII

As concentrações de gases de efeito estufa já atingiram níveis recordes, inclusive de dióxido de carbono e metano, que estão aquecendo a atmosfera. Esses gases são derivados principalmente da produção e queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás, para uso energético (veja a Figura 1). Entre 2022 e 2023, eles aumentaram em 1,3%, uma taxa superior à da década anterior à pandemia de Covid-19.⁴ Mesmo assim, ao invés de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, estamos queimando cada vez mais, e as empresas desse setor planejam expandir ainda mais a produção. Em 2024, pela primeira vez, a temperatura média global ficou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Sem uma ação urgente para estabilizar e reduzir as emissões, o clima mundial está a caminho de ficar pelo menos 2,8°C mais quente até 2100, segundo o painel consultivo de ciência climática do IPCC (veja a Figura 2). Isso tem implicações catastróficas para bilhões de pessoas e ecossistemas.

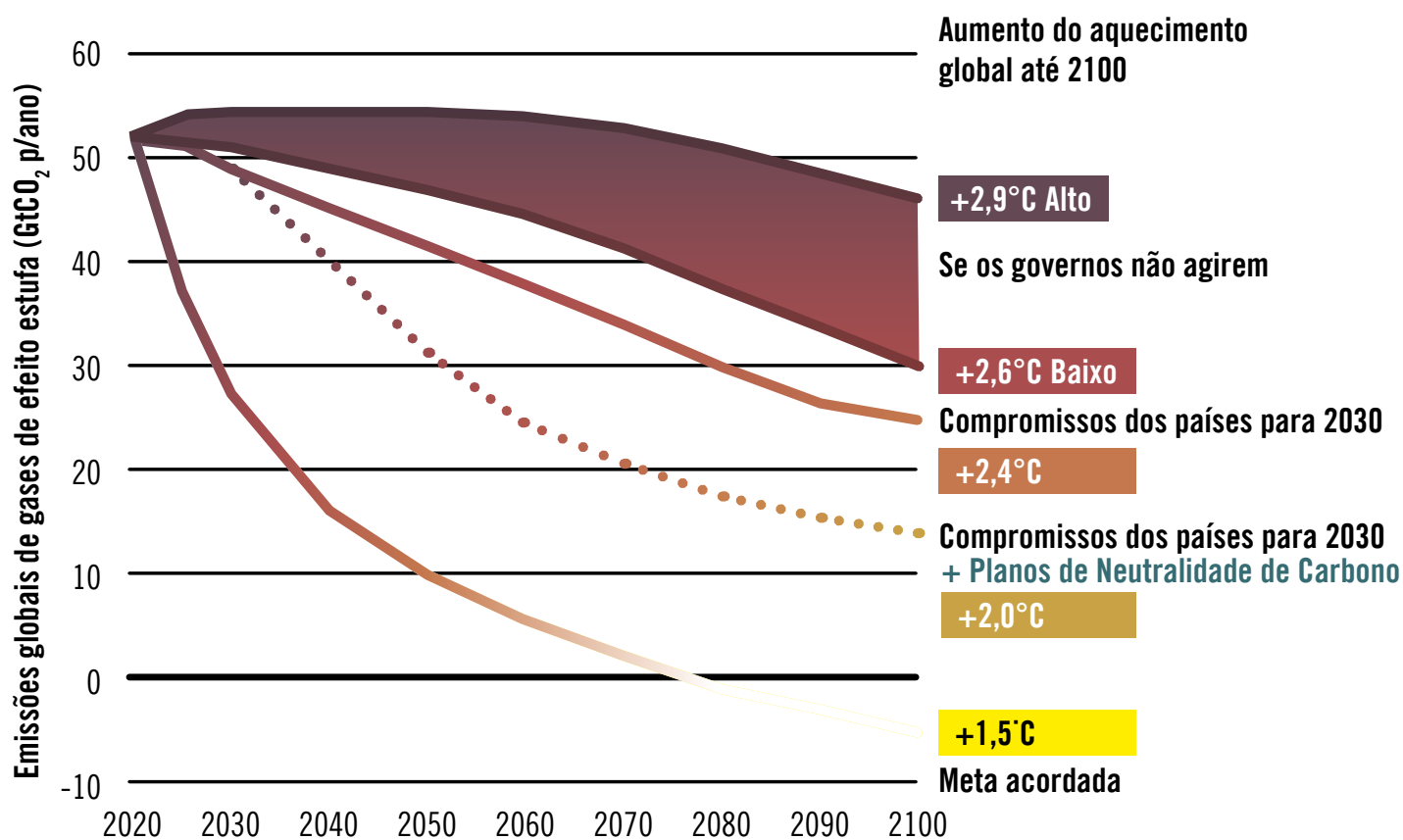


Figura 2: Aquecimento global e projeção de emissões de gases de efeito estufa em vários cenários. Atualmente, estamos caminhando para um aumento global de temperatura de quase 3°C neste século — com impactos potencialmente catastróficos.*

*Fonte: Adaptado de PNUMA, Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2023, <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2023>

4 UNEP, Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2024: No more hot air ... please! With a massive gap between rhetoric and reality, countries draft new climate commitments, outubro de 2024, <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/46404>

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ SÃO UMA REALIDADE:

DESASTRES CLIMÁTICOS NO PAQUISTÃO

O Paquistão responde por menos de 1% das emissões globais, mas sua população — em especial crianças e pessoas idosas — enfrenta algumas das consequências mais severas das mudanças climáticas. O país é considerado um dos mais vulneráveis aos desastres climáticos.⁵

Em 2022, o Paquistão enfrentou ondas de calor recordes, com temperaturas que chegaram a 50°C em grande parte do território. Essas temperaturas acima da média estimularam o aumento das chuvas durante a temporada de monções. Em agosto de 2022, algumas regiões do Paquistão registraram **volumes de chuva mais de 700% acima da média mensal**. O rio Indo, que atravessa o país, transbordou rapidamente, inundando comunidades em uma área de 75.000 km². Trinta e três milhões de pessoas foram afetadas, e oito milhões, deslocadas. Em 2024, o mesmo padrão se repetiu, com o calor anormal impulsionando chuvas intensas. Como demonstrado no relatório Não contabilizados: Mortes invisíveis de idosos e crianças em desastres climáticos no Paquistão,⁶ publicado recentemente pela Anistia Internacional, quanto mais os países continuarem a queimar combustíveis fósseis, mais crianças e idosos no Paquistão **perderão a vida prematuramente** em razão do calor extremo ou das enchentes. Comunidades vêm sendo devastadas por elevadas taxas de mortalidade causadas por ‘**desastres não naturais**’ induzidos pelas mudanças climáticas. Médicos e outros profissionais da saúde entrevistados relataram frustração e impotência diante da incapacidade de proteger seus pacientes.

Esses eventos evidenciam a profunda vulnerabilidade climática do Paquistão, bem como a falta de preparo das comunidades e populações mais expostas a riscos. A comunidade internacional não fez o suficiente para ajudar o país a responder às mudanças climáticas. O Paquistão necessita de aproximadamente **USD 16 bilhões para se recuperar das perdas e danos** causados pelas enchentes de 2022. No entanto, quase todos os recursos recebidos foram concedidos na forma de **empréstimos** — em sua maioria reestruturados a partir de compromissos anteriores — **em vez de doações**. A situação no Paquistão ilustra a urgência de operacionalizar e financiar adequadamente o Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD) da UNFCCC.

5 Comissão Europeia, Centro de Conhecimento em Gestão de Riscos de Desastres, “INFORM Risk Profile: Pakistan”, 2ª edição, 2025, <https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index/INFORM-Risk/Country-Risk-Profile>

6 Anistia Internacional, Uncounted: Invisible deaths of older people and children during climate disasters in Pakistan (Índice: POL 33/9007/2025), 5 de maio de 2025, <https://www.amnesty.org/en/documents/asa33/9007/2025/en/>

O QUE ESTÁ EM JOGO NA COP?

Em 2015, na COP21, em Paris, os governos concordaram em tentar limitar o aquecimento global neste século a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, a fim de evitar os piores efeitos das mudanças climáticas. Para isso, os países se comprometeram a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (**mitigação**), implementar medidas para proteger pessoas e ecossistemas dos impactos climáticos (**adaptação**) e apoiar a recuperação de perdas já sofridas por indivíduos e comunidades (**perdas e danos**). Pelo Acordo de Paris, os Estados com maior responsabilidade por emissões históricas — e, portanto, por causar danos climáticos (veja a Figura 3 abaixo) — devem reduzir suas emissões de carbono de forma mais profunda e acelerada. Além disso, de acordo com o direito internacional dos direitos humanos, como parte da obrigação de fornecer cooperação e assistência internacionais, todos os Estados em posição de fazê-lo devem disponibilizar financiamento para que os países de baixa renda possam cumprir sua parte justa na redução de emissões e ajudar suas populações a se adaptar às mudanças climáticas já em curso. Países de alta renda que sejam grandes emissores também devem assegurar reparação por perdas e danos sofridos pelos países de baixa renda.⁷

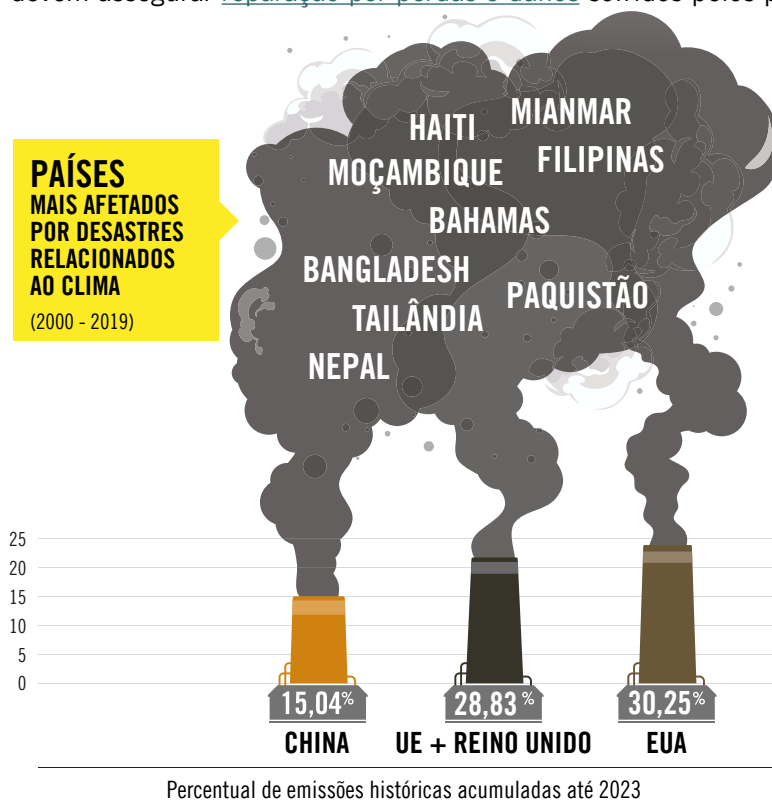


Figura 3: Percentual de emissões históricas vs Estados mais afetados por desastres relacionados ao clima.
© Amnesty International*

*Fonte: Germanwatch, Global Climate Risk Index 2021 <https://www.germanwatch.org/en/19777> e “Our World in Data, CO2 and Greenhouse Gas emissions” <https://ourworldindata.org/co2-emissions>

⁷ Anistia Internacional e Centro de Direito Internacional Ambiental, Climate-related human rights harm and the right to effective remedy, (Índice: IOR 40/7717/2024), 13 de fevereiro de 2024, <https://www.amnesty.org/en/documents/ior40/7717/2024/en/>

O progresso, no entanto, tem sido lento, já que os compromissos devem ser adotados por consenso — o que permite que um único país bloqueie decisões mais ambiciosas. Mesmo com o agravamento da crise climática, a resposta dos governos para limitar os combustíveis fósseis tem sido amplamente inadequada. Governos continuam concedendo [subsídios às empresas de combustíveis fósseis](#),⁸ incentivando a continuidade dessa indústria (veja a Figura 4). Foram necessárias mais de três décadas para que, na COP28 em 2023, os governos finalmente adotassem um compromisso limitado de ["transição" dos combustíveis fósseis nos sistemas de energia](#).⁹ Essa formulação frágil é comprometida por ressalvas e brechas que permitem que o setor de combustíveis fósseis — responsável por [75% das emissões globais de gases de efeito estufa \(GEE\)](#)¹⁰ — continue operando sem restrições. Esse ritmo lento na redução dos combustíveis fósseis se deve, em parte, à [forte capacidade dessa indústria de influenciar](#) os resultados das [negociações climáticas](#).¹¹



É importante lembrar que Estados e outras Partes tratam da agenda climática em diversos fóruns além da COP. Em 2025, diversos outros processos internacionais relevantes para a ação e o financiamento climáticos estão em andamento — como as reuniões do G7, do G20 e dos BRICS, a Quarta Cúpula da ONU sobre Financiamento ao Desenvolvimento, e propostas e negociações para novas convenções sobre tributação, dívida e cooperação internacional para o desenvolvimento.

- 8 Agência Internacional de Energia, Tracking the impact of government support: Fossil fuel subsidies”, <https://www.iea.org/topics/fossil-fuel-subsidies>
- 9 Anistia Internacional, What happened at COP28? Essential need-to-knows, 14 de dezembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/12/global-what-happened-at-cop28-essential-need-to-knows/>
- 10 Global Solidarity Levies Task Force, “For People and the Planet”, <https://solidaritylevies.org/for-people-and-the-planet/>
- 11 Transparência Internacional, “COP Co-opted? How corruption and undue influence threaten multilateral climate action”, 31 de outubro de 2023, <https://www.transparency.org/en/publications/cop-co-opted-how-corruption-and-undue-influence-threaten-multilateral-climate-action>; Anistia Internacional, “Record number of fossil fuel lobbyists at COP undermines critical climate talks”, 5 de dezembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/12/global-record-number-of-fossil-fuel-lobbyists-at-cop-undermines-critical-climate-talks/>

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS DIREITOS HUMANOS?

Todas as pessoas têm o direito de viver em um [ambiente limpo, saudável e sustentável](#).¹² Porém, com o agravamento da crise climática, esse e outros direitos estão sob crescente ameaça. As mudanças climáticas intensificam as secas, comprometem as colheitas e provocam escassez de alimentos e aumento dos preços. Após décadas de declínio constante, [a fome no mundo voltou a aumentar](#).¹³ Tal escassez acirra a competição por recursos, podendo provocar deslocamento, migração e conflitos, com impactos negativos em outros direitos humanos. Geralmente, as comunidades mais vulneráveis e que menos usam combustíveis fósseis — como agricultores de subsistência, povos indígenas e habitantes de Estados insulares de baixa altitude, expostos à elevação do nível do mar e a tempestades mais severas — são as mais afetadas pelos impactos climáticos, tendo seus direitos à saúde, à vida, à alimentação e à educação comprometidos com mais frequência.

A AMAZÔNIA ESTÁ QUEIMANDO, E COM ELA, O NOSSO FUTURO

No Equador, as “[Guerreras por la Amazonía](#)”¹⁴ — um grupo de nove meninas e jovens — processaram o governo com sucesso, questionando os impactos da queima de gás em tochas (sistema de flare), mesmo após enfrentar estigmatização e [intimidação](#) por seu ativismo.¹⁵ Em parceria com a União de Pessoas Afetadas pela Chevron-Texaco (UDAPT) e o coletivo “Elimine as Tochas, Acenda a Vida”, as defensoras obtiveram uma decisão favorável do Tribunal Provincial de Justiça de Sucumbíos. A sentença determinou a reparação integral dos danos, a eliminação gradual das tochas de queima de gás, estudos sobre seus impactos na saúde e a criação de hospitais especializados no tratamento do câncer.

A queima de gás está diretamente relacionada ao aquecimento global, devido à liberação de superpoluentes como o metano, comprometendo a garantia e o exercício dos direitos humanos, hoje e no futuro. A queima de gás associada à extração de combustíveis fósseis é tecnicamente evitável. Tanto empresas estatais quanto privadas do setor de combustíveis fósseis recorrem à queima de gás em tochas para reduzir custos em áreas social e ambientalmente vulneráveis — as chamadas “zonas de sacrifício” — onde a marginalização e a pobreza são aprofundadas pela degradação ambiental decorrente da extração de petróleo.

A economia do Equador sempre teve forte dependência da extração de petróleo; por isso, o país tem uma responsabilidade significativa — assim como uma oportunidade estratégica — de reduzir as emissões de GEE do setor e **preparar o caminho para uma transição energética rápida e justa**, que evite maiores danos ao sistema climático global.

12 Anistia Internacional, “Campaign for the right to a healthy environment, including Amnesty International, wins prestigious human rights prize”, 20 de julho de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/07/campaign-for-the-right-to-a-healthy-environment-including-amnesty-international-wins-prestigious-human-rights-prize/>

13 Programa Mundial de Alimentação, “A global food crisis”, <https://www.wfp.org/global-hunger-crisis>

14 Anistia Internacional, Ecuador: The Amazon is burning, the future is burning! (Índice: AMR 28/8280/2024), 12 de agosto de 2024, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr28/8280/2024/en/> - “Guerreras por la Amazonía”: Anistia Internacional, “Ecuador: Gas flares in the Amazon threatens human rights in the present and future”, 12 de agosto de 2024, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/08/ecuador-gas-flares-amazon-threatens-human-rights-present-and-future/>

15 Anistia Internacional, “Ecuador: Child Climate Justice activist intimidated in her home” (Índice: AMR 28/7775/2024), 4 de março de 2024, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr28/7775/2024/en/>

O aquecimento global afeta muitos outros direitos em países de todos os níveis de renda, por exemplo, ao [agravar significativamente a poluição do ar](#).¹⁶ Também contribui para a disseminação de mosquitos vetores de doenças em regiões anteriormente não afetadas. [O calor extremo](#) tem causado a morte de pessoas que precisam trabalhar ao ar livre, e muitas vezes não têm outra alternativa a não ser enfrentar o calor intenso sob o sol, e eleva as taxas de mortalidade em lares de idosos e unidades de saúde.¹⁷ Mesmo em países de renda mais alta, os impactos da extração e do processamento de combustíveis fósseis, assim como das mudanças climáticas, recaem de forma desproporcional sobre as chamadas “zonas de sacrifício”. Nessas áreas, comunidades frequentemente marginalizadas são submetidas à [poluição tóxica](#), e a falta de investimentos faz com que a infraestrutura pública seja inadequada para responder a eventos climáticos extremos.¹⁸

Os direitos à participação pública e à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica são igualmente cruciais nas decisões sobre o clima. As vozes, as opiniões e o conhecimento dos povos indígenas, das **comunidades da linha de frente e da linha de fronteira**, assim como dos defensores dos direitos humanos, devem ser plenamente incorporados às políticas, aos planos e às ações

climáticas.¹⁹ Entretanto, em todo o mundo, pessoas que defendem os direitos humanos em questões ambientais estão sendo perseguidas, estigmatizadas, atacadas e criminalizadas.

A legislação de direitos humanos também é uma ferramenta crucial para promover a responsabilização com relação às mudanças climáticas. Como mencionado, tanto o direito internacional dos direitos humanos quanto o Acordo de Paris estabelecem obrigações para os governos, inclusive aquelas relacionadas à regulação de setores industriais, entre os quais o de combustíveis fósseis. Essas leis servem como bases importantes para o trabalho de advocacy, como o da Anistia Internacional, e para litígios em várias jurisdições. Por fim, respeitar e proteger os direitos humanos na ação climática não é apenas uma [obrigação vinculante](#) dos Estados,²⁰ mas é condição essencial para uma ação climática eficaz. Infelizmente, nas COPs, é comum que um pequeno número de Estados bloqueie a inclusão de referências aos direitos humanos nos resultados e decisões finais. A Anistia Internacional pede que os Estados e demais Partes coloquem os direitos humanos no centro das negociações da COP30, como passo fundamental para alcançar a justiça climática.

Comunidades “da linha de fronteira”: grupos que vivem próximo a infraestruturas industriais voltadas à produção ou transformação de combustíveis fósseis. Essas comunidades experienciam diretamente os efeitos nocivos da poluição e da degradação ambiental causados por projetos extrativistas, e frequentemente habitam as chamadas “zonas de sacrifício”.

Comunidades da “linha de frente”: comunidades que carregam o peso dos impactos diretos e indiretos da crise climática (como os fenômenos meteorológicos de início rápido ou lento induzidos pelo clima). Muitas delas são socialmente marginalizadas e enfrentam discriminações interseccionais de natureza cultural, econômica, social e racial.

16 Anistia Internacional, “Heatwaves are worsening air pollution, underscoring the urgent need to phase out fossil fuels”, 6 de setembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/09/global-heatwaves-are-worsening-air-pollution-underscoring-the-urgent-need-to-phase-out-fossil-fuels/>

17 Anistia Internacional, A burning emergency: Extreme heat and the right to health in Pakistan (Índice ASA 33/6823/2023), 4 de junho de 2023, <https://www.amnesty.org/en/documents/asa33/6823/2023/en/>

18 Anistia Internacional, The Cost of Doing Business? The Petrochemical Industry’s Toxic Pollution in the USA (Índice: AMR 51/7566/2024), <https://www.amnesty.org/en/documents/AMR51/7566/2024/en/>

19 Anistia Internacional, Fatal fuels: Why human rights protection urgently requires a full and equitable fossil fuel phase out (Índice: POL 30/7382/2023), 13 de novembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/documents/pol30/7382/2023/en/>

20 Anistia Internacional, Parem de queimar nossos direitos! O que os governos e as empresas devem fazer para proteger a humanidade diante da crise do clima (Índice: POL 30/3476/2021), 7 de junho de 2021, <https://www.amnesty.org/en/documents/pol30/3476/2021/en/>

QUAIS AVANÇOS PODEM SER ALCANÇADOS NA COP30 PARA LIMITAR O AQUECIMENTO GLOBAL?

Com a ambição necessária, as Partes da UNFCCC e do Acordo de Paris têm potencial para avançar significativamente na promoção da justiça climática. É preciso cumprir e fortalecer o compromisso assumido na COP28 para substituir gradualmente os combustíveis fósseis, até sua eliminação total, garantindo assim a proteção dos direitos humanos. Governos, instituições financeiras e empresas precisam agir com muito mais intensidade para conter a expansão do setor de combustíveis fósseis, cuja continuidade é [incompatível com as obrigações dos Estados relativas aos direitos humanos e com a meta de limitar o aquecimento global a menos de 1,5°C](#).²¹ A expansão das energias renováveis é irreversível em muitos países, mas exige muito mais ações para uma transição justa e equitativa rumo a um futuro sustentável, com acesso universal à energia renovável e pleno usufruto dos direitos humanos para todos.

Além disso, os Estados e demais Partes devem apresentar com urgência seus planos climáticos nacionais atualizados — as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) —, que deveriam ter sido entregues em fevereiro de 2025. Infelizmente, até 12 de maio de 2025, [apenas 21 países haviam apresentado novas NDCs](#),²² correspondendo a meros 20% do total das emissões globais. Esses planos devem ser formulados com base na proteção dos direitos humanos e alinhados ao objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Nos países de baixa renda, esses planos precisam detalhar os custos previstos para assegurar uma alocação eficaz do financiamento climático, que permita sua implementação. É também fundamental que sua elaboração ocorra por meio de processos com participação pública ampla, significativa e inclusiva.

²¹ Anistia Internacional, “Fossil fuel production will be double the level needed to limit global warming to 1.5°C”, 8 de novembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/global-fossil-fuel-production-will-be-double-the-level-needed-to-limit-global-warming-to-1-5c/>

²² Climate Watch, “NDC Tracker”, disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/ndc-tracker>

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E EQUITATIVA PARA PROTEGER O POVO INDÍGENA SÁMI

No relatório *Transição Justa ou 'Colonialismo Verde'?*, a Anistia Internacional, em colaboração com o *Conselho Saami* ²³ (organização voluntária, com entidades Sámi afiliadas na Finlândia, na Suécia, na Noruega e na Rússia), analisa como a **mineração e novos projetos de energia**, implementados sem o consentimento livre, prévio e informado, estão **ameaçando os meios de subsistência e a cultura dos indígenas Sámi nos países nórdicos**.²⁴ As mudanças climáticas colocam em risco a cultura e a própria existência do povo indígena Sámi de duas maneiras: por meio de impactos ambientais diretos, como alterações nas condições climáticas e nos ecossistemas; e pelo avanço de projetos energéticos e de extração de recursos em Sápmi (região cultural tradicionalmente habitada pelo povo Sámi), em nome do desenvolvimento "verde" e da transição para energias "limpas".

Reduzir as emissões dos gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global é uma questão urgente, mas essa transição não pode ocorrer às custas dos povos que já estão entre os mais prejudicados pela crise climática. Para que seja realmente justa, a transição para energias renováveis precisa estar em conformidade com os direitos humanos.



IMAGEM: Uma mulher sámi alimenta seu filho enquanto observa seu rebanho de renas, em Rein fjord, no norte da Noruega, 15 de setembro de 2023. © Olivier Morin/AFP/Getty Images

²³ Conselho Saami, <https://www.saamicouncil.net/en/home>

²⁴ Anistia Internacional e Conselho Saami, *Justice Transition or 'Green Colonialism': How mineral extraction and new energy projects without free, prior and informed consent are threatening Indigenous Sámi livelihoods and culture in Sweden, Norway and Finland* (Índice: EUR 20/8913/2025), 29 de janeiro de 2025, <https://www.amnesty.fi/amnestyn-ja-saamelaisneuvoston-raportti-oikeudenmukainen-siirtyma-vai-vihreaa-kolonialismia/>

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO É UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS: O QUE PRECISA ACONTECER NA COP30?

Países de baixa renda destinam hoje muito mais recursos ao pagamento de dívidas do que recebem em financiamento climático dos países de alta renda — os maiores responsáveis históricos pela crise climática. Isso compromete sua capacidade de implementar ações climáticas eficazes e de proteger os direitos humanos de suas populações (veja a Figura 5).

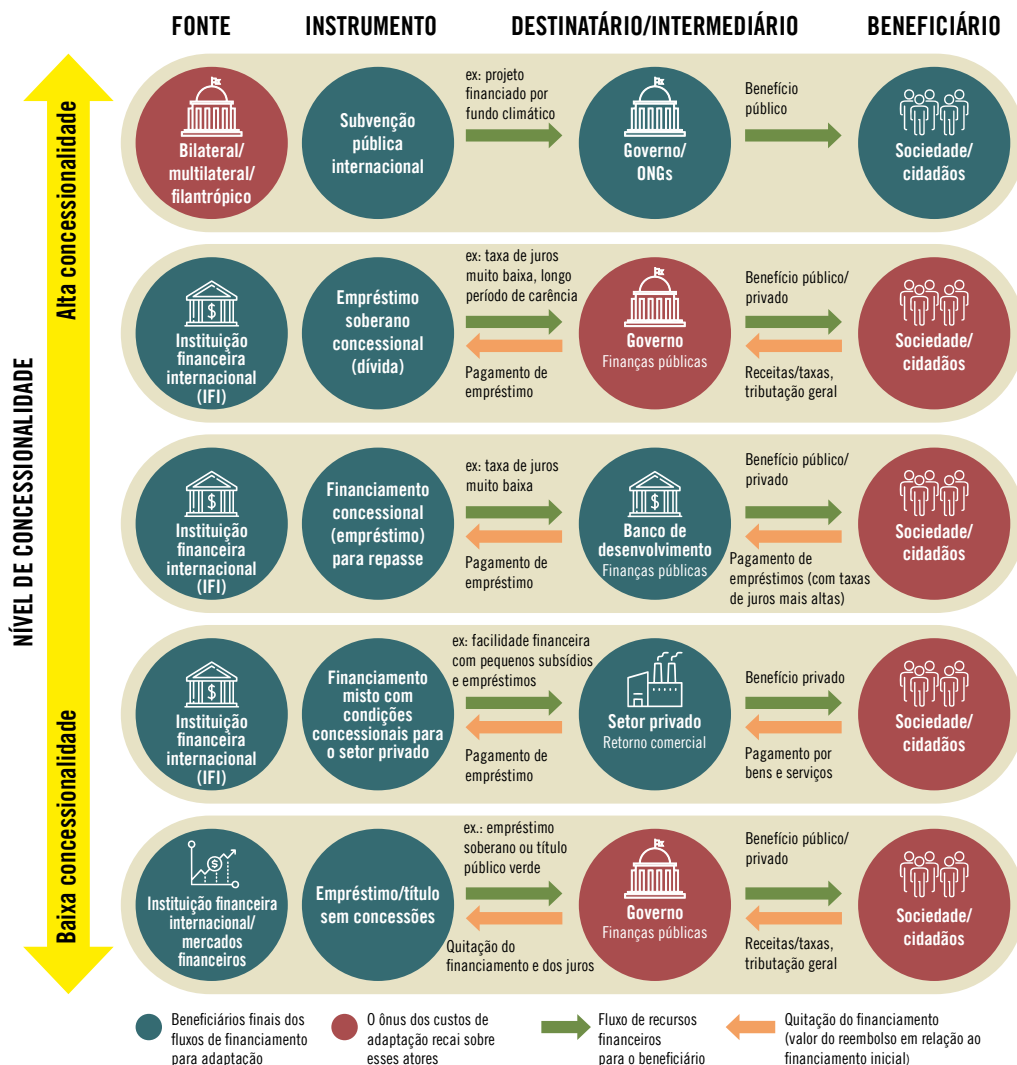


Figura 5: Quem paga o custo do financiamento climático?*

*Fonte: PNUMA, Adaptation Gap Report 2024, 7 de novembro de 2024, <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2024>

Na COP29, foi definida uma nova meta de financiamento climático, amplamente considerada insuficiente diante da escala da crise. Países de alta renda comprometeram-se a mobilizar USD 300 bilhões anuais para mitigação e adaptação em países de baixa renda (veja a Figura 6), além de estabelecerem uma meta vaga de mobilizar USD 1,3 trilhão por ano até 2030.²⁵ Esse montante de USD 1,3 trilhão poderá incluir tanto financiamento público quanto privado e, portanto, acarretar novas dívidas para os países de baixa renda. Além do mais, essas metas não contemplam perdas e danos: o Fundo de Resposta a Perdas e Danos, criado em 2022, recebeu até agora promessas de financiamento que somam apenas USD 768,40.²⁶ E, até maio de 2025, mesmo essas promessas seguiam sem cumprimento por parte de muitos governos.

"Perdas e danos" é um termo que se refere aos impactos adversos das mudanças climáticas que não podem ser evitados por meio de mitigação ou adaptação.

Ampliar o financiamento para perdas e danos é essencial **para garantir a justiça climática**. De acordo com o direito internacional dos direitos humanos, comunidades e indivíduos afetados por perdas e danos têm direito à reparação integral, que pode envolver restituição, compensação, reabilitação, medidas de satisfação e garantias de não repetição.

No entanto, por décadas, os países que mais contribuíram para os danos causados pelas mudanças climáticas resistiram a disponibilizar financiamento público, na forma de doações, aos países de baixa renda que sofrem perdas e danos relacionados ao clima. Somente em 2022 esses países concordaram em criar o Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), que permanece gravemente subfinanciado.



Figura 6: O que USD 300 bilhões podem comprar
© Amnesty International

Os países de alta renda continuam a se esquivar de suas obrigações de fornecer financiamento climático, mas, conforme demonstrado pela Anistia Internacional,²⁷ existem diversas formas de mobilizar recursos adicionais. Tributar as indústrias de combustíveis fósseis, os lucros excessivos das corporações e as grandes fortunas, bem como eliminar subsídios e investimentos em combustíveis fósseis e conter os abusos fiscais globais, permitiria arrecadar mais de USD 3 trilhões por ano (veja a Figura 7).

25 Anistia Internacional, "COP29: Finance target is a blueprint for inequalities and violations", 25 de novembro de 2024, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/11/cop29-finance-target-is-a-blueprint-for-inequalities-and-violations/>

26 UNFCCC, "Pledges to the Fund for responding to Loss and Damage", disponível em <https://unfccc.int/topics/climate-finance/funds-entities-bodies/fund-for-responding-to-loss-and-damage/pledges-to-the-fund-for-responding-to-loss-and-damage>

27 Anistia Internacional, Plenty to go around: Mobilizing finance for climate justice, (Índice: EUR 30/8850/2025), 16 de janeiro de 2025, <https://www.amnesty.org/en/documents/pol30/8850/2025/en/>

A LACUNA DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS

(anual US\$)

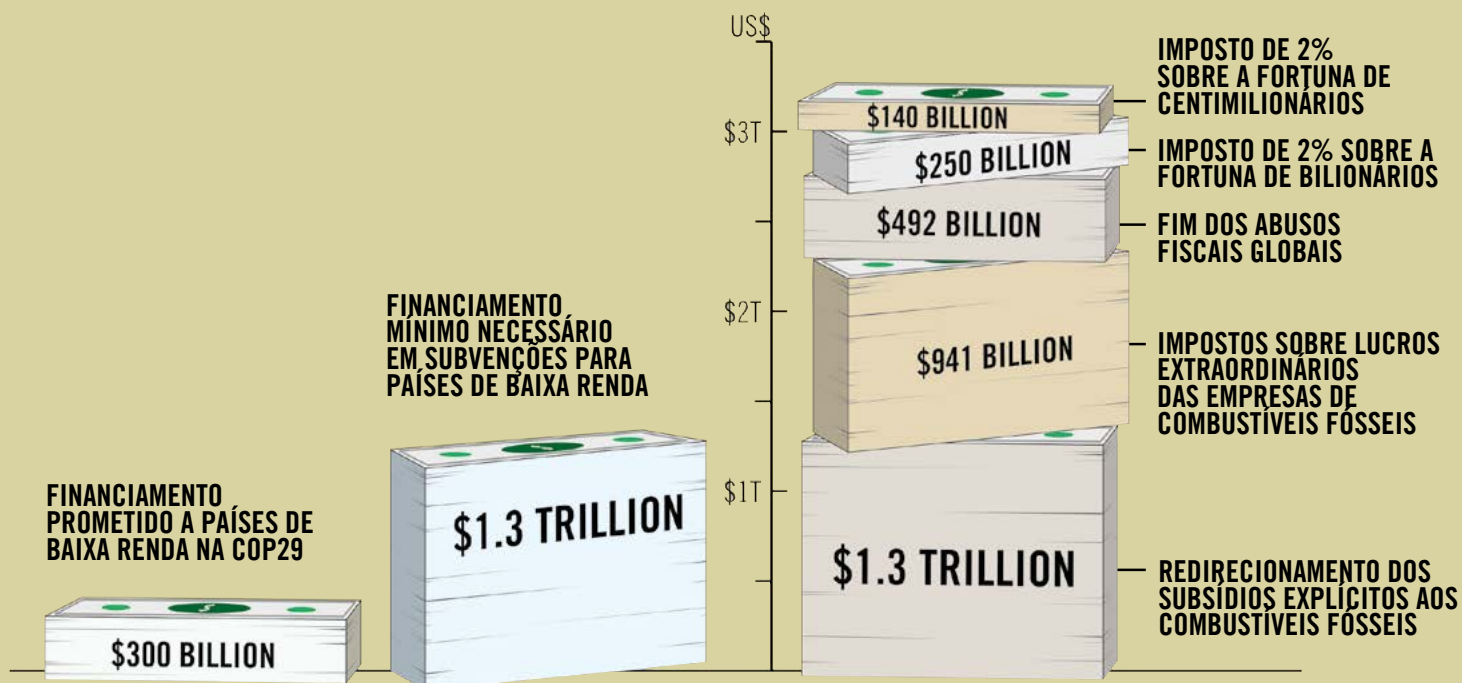


Figura 7: Como fechar a lacuna do financiamento climático
© Amnesty International

REDIRECIONAMENTO DOS SUBSÍDIOS EXPLÍCITOS AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

É essencial que a COP30 seja concluída com um plano e um cronograma bem definidos para atingir a meta de USD 300 bilhões e expandir o financiamento público baseado em doações, garantindo que os investimentos internacionais sejam direcionados a projetos que realmente ajudem a enfrentar as mudanças climáticas. Os países de alta renda que são grandes emissores devem fazer novas contribuições ao FRLD, assegurando que o Fundo ofereça acesso direto às comunidades impactadas e que esteja resguardado contra interferências indevidas do setor privado.

PARA GARANTIR OS DIREITOS HUMANOS FRENTE À CRISE CLIMÁTICA, É PRECISO FECHAR A LACUNA DO FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO

Medidas de adaptação geralmente requerem o fortalecimento de bens públicos e serviços essenciais, como água, saúde, proteção social, infraestrutura e preparação para desastres, sendo fundamentais para proteger os direitos humanos no contexto das mudanças climáticas. Considerando a gravidade da crise climática, apenas uma adaptação transformadora pode garantir a defesa efetiva dos direitos humanos (veja a Figura 8). A implementação de medidas de adaptação climática envolve custos expressivos. Os países de baixa renda não devem ser forçados a se endividar ainda mais para proteger suas populações dos danos climáticos causados principalmente por nações mais ricas.



Figura 8: Adaptação transformadora
© Amnesty International

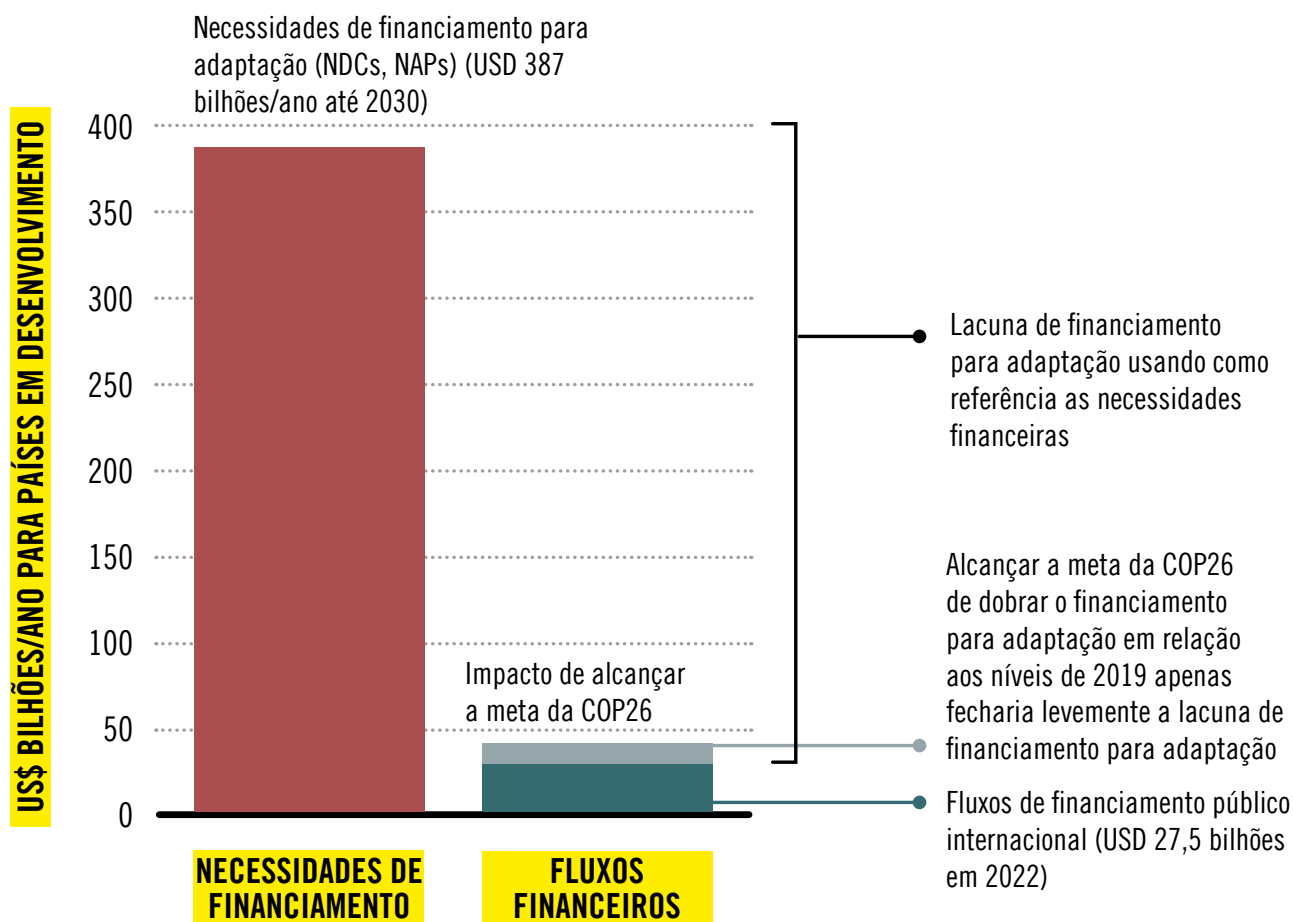


Figura 9: A Lacuna de Financiamento para Adaptação:
 Comparação entre as necessidades estimadas e os fluxos internacionais de financiamento público para adaptação em países de baixa renda.*

Embora o Acordo de Paris tenha estabelecido uma Meta Global de Adaptação, sua aplicação ainda avança de forma muito lenta. Os países de menor renda estimam que suas necessidades de financiamento para adaptação cheguem a USD 387 bilhões por ano até 2030. Apesar do objetivo explícito do Acordo de Paris de alcançar um equilíbrio entre o financiamento para adaptação e para mitigação, a lacuna de financiamento climático é particularmente grave em relação à adaptação, hoje estimada entre USD 215 e 387 bilhões anuais, e crescendo (veja a Figura 9). Pessoas de diferentes partes do mundo – sobretudo nos países mais pobres – já enfrentam doenças e perdas de vidas que poderiam ser evitadas com maior adaptação às mudanças climáticas. Na COP30, as Partes devem tomar medidas urgentes para reduzir o déficit de financiamento para adaptação.

*Fonte: PNUMA, Relatório sobre a Lacuna de Adaptação 2024, 7 de novembro de 2024, <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2024>

GARANTIR O ESPAÇO CÍVICO NAS COPS: INGREDIENTE ESSENCIAL PARA UMA AÇÃO CLIMÁTICA EFICAZ

As organizações da sociedade civil, os representantes dos povos indígenas e a juventude exercem um papel decisivo na luta por resultados ambiciosos nas COPs, tanto em seus contextos nacionais quanto nas próprias conferências. No entanto, ainda existem desafios quanto ao acesso e à inclusão dos povos indígenas nos espaços da UNFCCC, os quais seguem a tendência mundial de redução do espaço cívico. Os defensores do meio ambiente estão entre os mais afetados pela redução do espaço cívico e pela fraca proteção governamental dos direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica e associação.



IMAGEM: Proscovier NNanyonjo Vikman descrevendo suas dificuldades em obter um visto para a Conferência do Clima de Bonn de 2024, em uma coletiva de imprensa coorganizada pela Human Rights Watch, Centro de Direito Internacional Ambiental e Anistia Internacional © UNFCCC.

PESSOAS QUE DEFENDEM OS DIREITOS HUMANOS EM QUESTÕES AMBIENTAIS COSTUMAM ENFRENTAR:

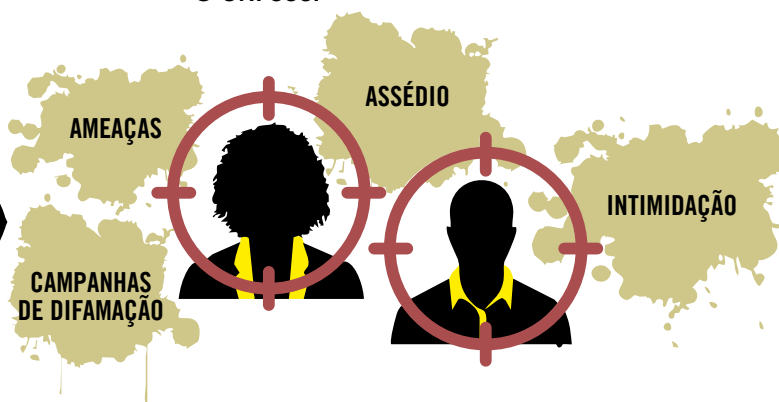


Figura 10: Riscos enfrentados por defensores dos direitos humanos ambientais por seu trabalho essencial © Anistia Internacional

REPRESSÃO CONTRA ATIVISTAS CLIMÁTICOS

Nos últimos anos, temos visto uma crescente repressão contra ativistas climáticos, defensores da terra e do meio ambiente, jornalistas e outras vozes que criticam a inação dos governos frente à crise climática.²⁸ Muitos defensores têm enfrentado violações de direitos humanos como intimidação, repressão aos seus direitos de liberdade de expressão, reunião pacífica e associação, desaparecimento forçado, criminalização e campanhas de difamação, prisão e detenção arbitrária, entre outros.²⁹

- No Canadá, os defensores da terra da Nação Wet'suwet'en vêm sendo alvo, há anos, de uma sistemática campanha de violência, assédio, discriminação e desapropriação, por sua resistência à construção do gasoduto de gás natural liquefeito Coastal GasLink em seus territórios ancestrais e não cedidos.³⁰
- Na **Austrália**, mais de 100 manifestantes foram presos em novembro de 2023 após protestarem contra a inação do governo diante da crise climática, às vésperas da COP28.³¹
- Na **África do Sul**, em outubro de 2020, Fikile Ntshangase, opositora declarada de uma mina de carvão a céu aberto próxima à sua residência, foi assassinada com seis tiros dentro de casa.³² Até hoje, ninguém foi responsabilizado pelo crime.³³

A criminalização por meio de processos judiciais é cada vez mais usada como ferramenta para silenciar e intimidar ativistas climáticos, defensores ambientais e da terra e organizações da sociedade civil. Também tem havido uso crescente de ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs), com o objetivo de silenciar ou intimidar jornalistas, defensores dos direitos humanos, organizações da sociedade civil, ativistas e outras vozes críticas. Por exemplo, a ação judicial da empresa de combustíveis fósseis Energy Transfer contra o Greenpeace ilustra a magnitude dos riscos apresentados pelas SLAPPs. Em março de 2025, um júri de Dakota do Norte, nos Estados Unidos, condenou o Greenpeace a pagar pelo menos USD 660 milhões à Energy Transfer, responsabilizando a ONG por difamação e pelas ações de manifestantes contra o oleoduto Dakota Access em 2016 e 2017 ³⁴ — decisão que será contestada pelo Greenpeace.

28 Anistia Internacional, "Human rights defenders working on climate change and a just transition: Submission to the UN Special Rapporteur on the situation of human rights defenders" (Índice: IOR 40/9325/2025), 5 de maio de 2025, <https://www.amnesty.org/en/documents/ior40/9325/2025/en/>

29 Global Witness, "Missing voices: The violent erasure of land and environmental defenders", 10 de setembro de 2024, <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/missing-voices/#killed>

30 Anistia Internacional, "Removed from our land for defending it": Criminalization, Intimidation and Harassment of Wet'suwet'en Land Defenders (Índice: AMR 20/7132/2023), 11 de dezembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr20/7132/2023/en/>. Veja a página inicial do relatório interativo: "A land divided: Wet'suwet'en Nation", disponível em <https://amnesty.ca/wetsuweten-report/>

31 Anistia Internacional, "Australia: More than 100 people charged after kayaking protesters block coal port ahead of COP28", 27 de novembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/australia-protesters-climate-coal/>

32 Anistia Internacional, "Two years and still no justice for Fikile Ntshangase's murder", 21 de outubro de 2022, <https://amnesty.org.za/south-africa-two-years-and-still-no-justice-for-fikile-ntshangases-murder/>

33 Anistia Internacional, "Fikile Ntshangase", Instagram post, 12 de março de 2025, https://www.instagram.com/amnestysafrica/p/DHF2TZlA9d/?hl=en&img_index=1

34 Anistia Internacional, "USA: Chilling verdict against Greenpeace sets damaging precedent for protection and promotion of human rights and climate justice", 20 de março de 2025, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2025/03/usa-verdict-against-greenpeace-sets-damaging-precedent/>

Nas próprias COPs, os direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica e associação têm sido desafiados. Após o Azerbaijão ser escolhido para sediar a COP29, a sociedade civil passou a enfrentar uma repressão mais intensa, com prisões e detenções arbitrárias de vários ativistas e jornalistas.³⁵ A atmosfera repressiva no país levou alguns ativistas da sociedade civil a optarem por não participar da conferência e aumentou o clima de medo entre os participantes. Em Dubai, os participantes da COP enfrentaram vigilância digital ilegal, medida que comprometeu seriamente a participação significativa da sociedade civil na COP28.³⁶ Em Sharm El-Sheikh, no Egito, os ativistas climáticos sofreram restrições a seus direitos de liberdade de expressão, reunião pacífica e associação,³⁷ inclusive sendo submetidos a intimidação, assédio e vigilância durante a COP27.³⁸ Em Glasgow, no Reino Unido, em³⁹ Madri, na Espanha,⁴⁰ e em Katowice, na Polônia,⁴¹ também houve preocupações sobre policiamento excessivo de protestos, intimidação de participantes e restrições de entrada.



Para combater essas tendências, é necessário um reconhecimento público da importância do trabalho das pessoas que defendem os direitos humanos em questões ambientais, assim como iniciativas que visem a prevenir retaliações contra qualquer pessoa que participe da Conferência do Clima de Bonn ou da COP30. Isso requer compromissos explícitos de direitos humanos por parte do país anfitrião, o Brasil. Esses compromissos devem estar consagrados no Acordo do País Anfitrião desde o início da organização da COP. O Secretariado da UNFCCC também deve garantir que os direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica e associação sejam totalmente protegidos na "Zona Azul" da conferência, uma área sob seu controle.

IMAGEM: Manifestantes em uma ação durante a COP29, onde não era permitido falar livremente © Amnesty International

35 Anistia Internacional, Azerbaijan: Update — The Human Rights Situation in Azerbaijan ahead of COP29 (Índice: EUR 55/8703/2024), 1º de novembro de 2024, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur55/8703/2024/en/>

36 Anistia Internacional, UAE: Concerns around authorities' use of digital surveillance during COP28, 15 de novembro de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/uae-concerns-around-authorities-use-of-digital-surveillance-during-cop28/>

37 Anistia Internacional, "Egypt: Statements on COP27 imply restricting activism", 12 de julho de 2022, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/07/egypt-statements-on-cop27-imply-restricting-activism/>

38 Direitos Humanos da ONU (ACNUDH), "Egypt: UN experts alarmed by harassment of civil society actors at COP27 climate summit", 18 de novembro de 2022, <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/11/egypt-un-experts-alarmed-harassment-civil-society-actors-cop27-climate>

39 Anistia Internacional Reino Unido, "Amnesty briefing on policing of protest at COP26", agosto de 2022, <https://www.amnesty.org.uk/blogs/scottish-human-rights/policing-cop26-and-right-protest-scotland>

40 Anistia Internacional, "Madrid climate talks failed: What now?", 17 de dezembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/12/madrid-climate-talks-fail-what-now-2/>

41 Anistia Internacional, Poland: Arrests and refusal of entry to environmentalists during the COP24 climate talks (Índice: EUR 37/9550/2018), 11 de dezembro de 2018, <https://www.amnesty.org/en/documents/eur37/9550/2018/en>

E QUANTO À SITUAÇÃO NO BRASIL?

Conforme documentado no [mais recente relatório anual da Anistia Internacional](#), as pessoas defensoras dos direitos humanos e os povos indígenas enfrentam grandes riscos de perseguição no Brasil.⁴² Em 2023, de acordo com a Global Witness, o Brasil registrou o segundo maior número de assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente.⁴³ Em 2024, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos monitorou mais de 1.000 incidentes de violações e abusos de direitos humanos contra defensores no Brasil, mais da metade afetando indígenas e quilombolas (pessoas descendentes de africanos que escaparam da escravidão). A maioria das ameaças partiu de proprietários de terras, empresas e agentes de segurança pública. A impunidade para essas violações continua sendo comum, e jornalistas e profissionais da imprensa também estão em risco, enfrentando estigmatização, agressão física e processos civis e criminais. Em abril de 2025, a polícia [reprimiu violentamente](#) um protesto na capital, Brasília, liderado por povos indígenas de todo o país que protestavam contra as violações e os ataques que sofreram e para reivindicar seu direito à sobrevivência.⁴⁴

O Brasil deve tomar medidas para prevenir violações semelhantes e combater a impunidade pelos abusos já ocorridos, inclusive oferecendo reparação a qualquer pessoa cujos direitos tenham sido violados.

IMAGEM: Manifestação no Rio de Janeiro, Brasil, pedindo justiça pelo indigenista brasileiro Bruno Pereira e pelo jornalista britânico Dom Phillips, que foram assassinados enquanto trabalhavam na floresta amazônica, 26 de junho de 2022 © Luciola Villela/AFP/Getty Images.



⁴² Anistia Internacional, “Seção sobre o Brasil”, Relatório Anual, abril de 2025, <https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/brazil/report-brazil/>

⁴³ Global Witness, “Missing voices: The violent erasure of land and environmental defenders”, setembro de 2024, <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/missing-voices/#killed>

⁴⁴ Martina Medena, “Indígenas são reprimidos pela polícia durante marcha do Acampamento Terra Livre em Brasília”, Brasil de Fato, 10 de abril de 2025, <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/10/indigenas-sao-reprimidos-pela-policia-durante-marcha-do-acampamento-terra-livre-em-brasilia/> (in Portuguese)

EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO POR PARTE DO BRASIL NA FOZ DO RIO AMAZONAS

O Brasil está expandindo a extração de combustíveis fósseis, com 332 blocos de exploração em todo o país, incluindo 47 na Bacia da Foz do Amazonas.⁴⁵ O Bloco 59, na foz do Rio Amazonas, é motivo de especial preocupação.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a extração de petróleo na foz do Amazonas teria sérios impactos negativos, como a poluição da água e do solo.⁴⁶ A atividade representa um risco direto aos ecossistemas locais e ao equilíbrio ambiental da região.⁴⁷ Além dos danos ambientais, a extração de petróleo causaria substanciais prejuízos ao modo de vida das comunidades indígenas e tradicionais que vivem na região, como os povos Karipuna, Palikur-Arukwayene, Galibi Marworno e Galibi Kali'na, que sequer foram consultadas, apesar de suas terras serem diretamente afetadas.⁴⁸

Quando o país se prepara para sediar a COP30 em Belém, em novembro de 2025, os esforços para acelerar a aprovação de licenças para projetos de combustíveis fósseis na foz do Amazonas expõem uma clara contradição entre as ações internas do governo e seu papel como líder global em ações climáticas. A população brasileira já sente os impactos das mudanças climáticas, com um aumento de 460% nos desastres não naturais desde a década de 1990.⁴⁹ O Brasil registrou aproximadamente 10 eventos climáticos extremos em 2024, três dos quais com gravidade sem precedentes: uma seca prolongada na Amazônia; ondas de calor no interior do país, com temperaturas superiores a 42°C; e chuvas torrenciais seguidas de inundações na região sul.⁵⁰



IMAGEM: Barcos atracados na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil, fevereiro de 2025
© Amnesty International (Candy Ofime)

45 Sarah Brown, “Lula pushes oil drilling at mouth of Amazon despite climate risks”, Mongabay, 21 de fevereiro de 2025, <https://news.mongabay.com/2025/02/lula-pushes-oil-drilling-at-mouth-of-amazon-despite-climate-risks/>

46 Greenpeace, “Impacto da exploração de petróleo na Foz do Amazonas é de nível máximo”, 31 de janeiro de 2024, <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/impacto-ambiental-da-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-e-de-nivel-maximo/>

47 Climainfo, “Exploração de combustíveis fósseis na foz do Amazonas é de impacto ambiental máximo, avalia IBAMA”, 1º de fevereiro de 2024, <https://climainfo.org.br/2024/02/01/exploracao-de-combustiveis-fosseis-na-foz-do-amazonas-e-de-impacto-ambiental-maximo-avalia-ibama/>

48 World Wildlife Fund (WWF), “Ainda sem licença do Ibama, exploração de petróleo na Foz do Amazonas é risco para povos indígenas e tradicionais”, 28 de novembro de 2022, <https://www.wwf.org.br/?84220%2Fainda-sem-licenca-do-ibama-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-e-risco-para-povos-indigenas-e-tradicionais>

49 Leticia Klein, “Brazil has seen a 460% increase in climate-related disasters since the 1990s”, Mongabay, 11 de fevereiro de 2025, <https://news.mongabay.com/2025/02/brazil-has-seen-a-460-increase-in-climate-related-disasters-since-the-1990s/>

50 Organização Meteorológica Mundial (WMO), State of the Global Climate 2024, 19 de março de 2025, <https://wmo.int/publication-series/state-of-global-climate-2024>

“Embora as NDCs tenham sido originalmente concebidas como instrumentos para relatar e intensificar os esforços de mitigação das mudanças climáticas, elas também oferecem oportunidades para abordar questões de adaptação e perdas e danos. Uma NDC verdadeiramente ambiciosa deve ser abrangente, contemplando todas as dimensões da ação climática necessárias para respeitar, proteger e realizar os direitos humanos.” [OHCHR](#)⁵¹

Além disso, o Brasil é um grande produtor de combustíveis fósseis e busca [expandir a produção](#),⁵² mesmo com o consenso científico de que, para limitar o aquecimento global a 1,5°C, não deve haver novas explorações. O país também [está ingressando na OPEP](#),⁵³ uma organização de produtores de combustíveis fósseis que tem [resistido ao compromisso de eliminar gradualmente esses combustíveis](#).⁵⁴ As metas de redução de emissões na [nova NDC do Brasil](#) estão aquém de sua parcela justa, conforme calculado por organizações da sociedade civil, e a NDC não inclui um compromisso claro com a eliminação gradual dos combustíveis fósseis.⁵⁵ A NDC do Brasil também não garantiria o cumprimento da meta de deter e reverter o desmatamento até 2030. Como ponto positivo, a NDC inclui um forte foco na adaptação, fundamentado nos princípios de justiça climática, transição justa e direitos humanos, embora não mencione perdas e danos. Por meio de sua presidência da COP30, o Brasil deve demonstrar liderança, assumindo o compromisso de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, com um cronograma claro de implementação.



IMAGEM: Chama em torre de uma unidade de produção operada pela Petrobras na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil, fevereiro de 2025 © Amnesty International (Candy Ofime)

- 51 Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), Integrating Human Rights in Nationally Determined Contributions (NDCs): A Toolkit for Practitioners, 1º de novembro de 2022 <https://www.ohchr.org/en/documents/tools-and-resources/integrating-human-rights-nationally-determined-contributions-ndcs>
- 52 Brasil247, “Brasil planeja aumento significativo na produção de petróleo até 2025”, 16 de dezembro de 2024, <https://www.brasil247.com/economia/brasil-planeja-aumento-significativo-na-producao-de-petroleo-ate-2025-aponta-instituto> (in Portuguese)
- 53 Cristen Hemingway Jaynes, “Brazil Joins OPEC+ Ahead of Hosting UN Climate Summit”, EcoWatch, 19 de fevereiro de 2025, <https://www.ecowatch.com/brazil-opec-cop30.html>
- 54 Yousef Saba e Maha El Dahan, “OPEC head to OPEC+: reject COP28 language on fossil fuel phase-out”, 8 de dezembro de 2023, <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/opec-chief-urges-members-reject-any-cop28-deal-that-targets-fossil-fuels-2023-12-08/>
- 55 Climate Action Network International, “Brazil’s NDC”, março de 2025, <https://climatenetwork.org/resource/ndc-3-0-analysis-briefs-brazil/>

O QUE A ANISTIA INTERNACIONAL ESTÁ REIVINDICANDO NA COP30?

A Anistia Internacional está defendendo que as Partes da UNFCCC e do Acordo de Paris coloquem os direitos humanos no centro de todas as decisões sobre como enfrentar a crise climática.

Isso deve incluir:

- **Aumento expressivo do financiamento climático com base nas reais necessidades**, sobretudo para adaptação e perdas e danos, assegurando que seja feito por meio de doações e não de empréstimos, com maior contribuição dos principais emissores.
- **Capitalização adequada do Fundo de Resposta a Perdas e Danos** com base no princípio do poluidor-pagador, para permitir que as pessoas afetadas em países de baixa renda tenham acesso efetivo aos recursos.
- Garantir **financiamento suficiente para todos os aspectos da transição justa**.
- **Promover uma transformação equitativa dos sistemas globais de financiamento ao desenvolvimento, tributação e investimentos públicos e privados**, com o objetivo de gerar recursos adicionais e aumentar a capacidade fiscal para enfrentar a crise climática.
- **Reestruturação da dívida** para os países que necessitam, incluindo o cancelamento quando apropriado.

- **A eliminação completa, rápida, justa e adequadamente financiada dos combustíveis fósseis** em todos os setores, sem recorrer a tecnologias arriscadas e não testadas ou a compensações que não resultem em reduções reais de emissões, por meio de uma transição justa rumo a um futuro sustentável para todos.
- Desenvolvimento urgente de novas NDCs compatíveis com os direitos humanos, capazes de manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, com os maiores emissores históricos de alta renda, países do G20 com altas emissões e outros grandes produtores de combustíveis fósseis de alta renda assumindo compromissos mais ambiciosos e imediatos.
- **Proteção do espaço cívico**, inclusive nas reuniões da UNFCCC, assegurando participação significativa da sociedade civil, das crianças, da juventude, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos povos indígenas de todas as nações, além do **fortalecimento das garantias aos defensores dos direitos humanos ambientais**.
- Todos os Estados devem pressionar pelo respeito à **liberdade de expressão, associação e reunião pacífica** na Alemanha, antes da Conferência do Clima de Bonn, e no Brasil, antes da COP30, demandando melhorias significativas na situação dos direitos humanos no Azerbaijão, país que atualmente preside a COP.

A Anistia Internacional é um movimento com 10 milhões de pessoas que mobiliza a humanidade que existe em cada um de nós e faz campanhas que produzem mudanças para que possamos desfrutar de nossos direitos humanos. Nossa visão é de um mundo em que as pessoas no poder cumpram suas promessas, respeitem as leis internacionais e sejam responsabilizadas. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões. O movimento é financiado, sobretudo, por nossos membros e por doações individuais. Acreditamos que agir com solidariedade e compaixão por todas as pessoas é algo que pode mudar nossas sociedades para melhor.

ENTRE EM CONTATO

 info@amnesty.org

SIGA A ANISTIA



[amnesty.org](https://www.amnesty.org)

AMNESTY
INTERNATIONAL

